

SOBRE A NOÇÃO DE GALEGO-PORTUGUÊS

*What's in a name? That which we call a rose
By any other name would smell as sweet.*

Romeo and Juliet, William Shakespeare

Xoán Carlos Lagares Diez

RESUMO

A construção das línguas nacionais opera uma simplificação da realidade lingüística e cultural. Nas histórias do português, percebe-se a projeção sobre o passado de uma idéia moderna de língua, com o objetivo de delimitar seu nascimento dentro das fronteiras territoriais do Estado de Portugal. A noção de galego-português, no entanto, permite estudar a variação lingüística no português de um modo mais abrangente, considerando variedades históricas de um tronco comum.

PALAVRAS-CHAVE: galego-português, lingüística histórica, variação lingüística.

O poder de nomear

Nomear é uma forma de intervir sobre a realidade, e o ato de renomear pode produzir, de fato, uma espécie de reorganização do mundo. Mas, afinal, esse poder está reservado a uns poucos. Fiorin¹, ao apresentar a noção saussuriana da arbitrariedade do signo lingüístico, que tem como corolário a convenção social, cita uma interessante passagem das *Aventuras de Alice*:

¹ FIORIN, José Luiz. “Teoria dos signos”, in José Luiz Fiorin (org.). *Introdução à Lingüística. I. Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2007 (5ª ed.), pp. 60-61.

– Não sei bem o que o senhor entende por “glória” –, disse Alice.

Humpty Dumpty sorriu com desdém. – Claro que você não sabe, até eu lhe dizer. O que eu quero dizer é: “eis aí um argumento arrasador para você”.

– Mas “glória” não significa “um argumento arrasador” –, objetou Alice.

– Quando uso uma palavra –, disse Humpty Dumpty em tom escarninho – ela significa exatamente aquilo que quero que ela signifique... nem mais nem menos.

– A questão –, ponderou Alice – é saber se o senhor pode fazer as palavras dizerem coisas diferentes.

– **A questão** –, replicou Humpty Dumpty – **é saber quem é que manda. É só isso** (O grifo é nosso).

Como comenta Fiorin, o que resulta absurdo nessa passagem é o fato de Humpty Dumpty pretender passar por cima das convenções que presidem o uso da linguagem, querendo criar significados particulares para signos já existentes, o qual tornaria impossível a comunicação. Mas com a réplica do personagem à ponderação de Alice, Lewis leva a questão a muito mais longe, pois problematiza esse consenso entre os falantes de uma dada comunidade lingüística em torno do significado de suas palavras. Com efeito, quem manda tem a faculdade de propor e, com frequência, de impor novas relações entre significante e significado, ao serviço de ideologias que justifiquem e permitam a manutenção da ordem social dominante².

Os países colonizadores atribuem-se a faculdade de nomear os lugares conquistados, embora aqueles lugares já tivessem nome nas línguas dos povos colonizados. Assim, num mesmo gesto, inaugura-se através

² Assim é como novos significados nos são impostos pelos processos de criação de consenso das sociedades capitalistas pós-industriais, que convertem, por exemplo, os empresários em ‘criadores de empregos’ ou que escamoteiam a dimensão de força de trabalho do operariado ao enquadrá-lo na categoria de ‘capital humano’. Nesse sentido, a luta pelos significados é uma das dimensões dos conflitos sociais e ideológicos. Quando se aprovou a lei do matrimônio homossexual na Espanha, por exemplo, coletivos de juristas e acadêmicos da língua se levantaram em protesto contra o uso da palavra *matrimônio* para designar esse tipo de união civil, defendendo, na realidade, mediante o controle do significado (técnico) desse substantivo, um modelo tradicional de família.

desse ato simbólico uma nova realidade, enquanto se apagam os rastros das culturas vencidas. A cerimônia de batismo das terras conquistadas representa na realidade um ritual de apropriação. É através do ato de nomear que se toma posse dos novos territórios.

Na Galiza, a castelhanização dos topônimos foi uma das formas usadas pelo poder central para submeter esse território à unidade (que freqüentemente, em termos políticos, não é mais do que uniformidade) do Estado. Assim, foram sendo trasladados à língua oficial todos os nomes de lugar: d'A Corunha para La Coruña, de Ourense para Orense, e assim por diante. A castelhanização supõe em alguns casos uma tentativa de tradução, muitas vezes fantasiosa, ignorando o significado dos nomes. Viana do Bolo, por exemplo, passou a ser denominada *Viana del Bollo*, Mesón do Bento foi traduzido erradamente como *Mesón del Viento*, o bairro corunhês da Agrela passou a ser conhecido oficialmente como de *La Grela* e, no cúmulo do absurdo, o lugar denominado O Ninho d'Águia como *El niño de la Guía*. Não sabemos o que foi que freou o impulso castelhanizador em casos como Pontevedra, que nunca foi *Puentevedra* nem, traduzindo também a segunda parte do nome, que é um arcaísmo em galego, *Puenteviejo*. Em outras ocasiões, renunciou-se a decodificar o significado dos nomes e optou-se pela simples adaptação fonética ao espanhol, como nos casos em que Teixeira passou a ser *Teijeiro* (com a pronúncia /x/ do castelhano) ou Aceadama se converteu num inexplicável *Haciadama*.

Como afirma Calvet:

os nomes dos povos, os nomes dos lugares não pararam de variar, de acordo com as invasões ou alternâncias de poder. Desse modo, há uma constante valsa toponímica e etnográfica, que pode testemunhar uma aproximação fonética (quando na África, por exemplo, a língua bãmbara transformou-se em bambara, ou o pular se tornou peul), uma alusão pejorativa (quando os índios *Shuars* são chamados pelos espanhóis de *jibaros*, isto é, *camponeses*) e às vezes um desejo identitário (quando o Congo Belga se tornou Zaire e, depois, República Democrática do Congo)³.

³ CALVET, Louis-Jean. *As políticas lingüísticas*. São Paulo: Parábola Editorial / IPOL, 2007, pp. 78-79.

Essas mudanças de denominação são, como também lembra o próprio Calvet, evidentes atos de política lingüística. Quando na Espanha a Constituição de 1978 chama *castelhana* à língua espanhola oficial do Estado, ela está nesse mesmo gesto instaurando uma política determinada a respeito das línguas de Espanha, que passam também a ser consideradas *línguas españolas*. Imbuído nesse fato está o reconhecimento de que não há uma correspondência absoluta entre o nome do Estado-nação, Espanha, e sua língua oficial, que pelo nome se identifica com apenas uma de suas regiões, Castela. Ao mesmo tempo, ao assumir a diversidade lingüística do Estado, a Constituição assimila à categoria de espanholas as línguas co-oficiais da Galiza, Catalunha e o País Basco. A diversidade passa a ser considerada “riqueza cultural”, numa nova ideologia lingüística costurada de velhas idéias sobre o que deve ser a nação, enquanto se mantém a idéia de unidade com o *castelhana* cumprindo a função de “língua comum”, “de encontro”, “de concórdia” e mesmo, numa pirueta discursiva, de língua propícia para o exercício da democracia⁴. A expressão que condensa essa ideologia é “Unidade na Diversidade”.

A construção da língua nacional: apropriações e exclusões

A noção de língua nacional, tal e como a entendemos hoje, é uma criação histórica relativamente recente, que não pode, sob o risco de cairmos em flagrantes anacronismos, voar pelo espaço e o tempo para designar variedades lingüísticas que nada têm a ver com a realidade do Estado-nação contemporâneo. Só nesse momento, como adverte Hobsbawm, a relação entre língua e nação se torna necessária, virando ademais fonte de constan-

⁴ Veja-se, nesse sentido, o que diz Del Valle: “Ya el relativo fracaso del nacionalismo liberal decimonónico puso de manifiesto el hecho de que la superioridad práctica de una lengua no basta para vencer el poder de lealtades lingüísticas establecidas de un modo, digamos, más primordial. De ahí que en la actualidad se insista no sólo en la utilidad del español sino también en su asociación con valores universales superiores, tales como la concordia y la democracia, que estimulen la formación de vínculos más “emocionantes” entre la lengua y los individuos que integran o que se aspira a que integren la comunidad”. DEL VALLE, José. “La lengua patria común: Política lingüística, política exterior y el post-nacionalismo hispánico”, in Roger Wright y Peter Ricketts (eds.), *Studies on Ibero-Romance Linguistics Dedicated to Ralph Penny*, Newark [Delaware], Juan de la Cuesta Monographs (Estudios Lingüísticos n.º 7), 2005, pp. 391-416.

tes conflitos, pois “a ‘língua nacional’ é raramente um assunto pragmático e menos ainda um assunto tranqüilo, como é mostrado pela relutância em reconhecê-las como construtos e pela invenção de tradições e heranças históricas para elas”⁵.

A construção da língua nacional exige a criação de uma norma-padrão, que passa imediatamente a ser considerada “a” língua⁶, ao mesmo tempo em que se ocultam ou se minimizam as diferenças lingüísticas internas às fronteiras da nação. A padronização da língua realizada por uma elite culta constitui, sobretudo no momento protonacional, um elemento fundamental para a coesão do território. Benedict Anderson⁷ oferece três razões para explicar a extrema importância da língua da elite política e administrativa nesse processo. Em primeiro lugar, essa variedade lingüística cria uma comunidade dessa elite intercomunicante, que pode ser uma espécie de projeto piloto para a ainda inexistente “nação”. Em segundo lugar, ao ser construída, e sobretudo impressa, ela adquire uma fixidez que a faz parecer mais eterna do que de fato é. E, finalmente, essa língua cultural oficial da elite dominante veio se transformar na língua real dos Estados através da educação e da administração pública.

Na lingüística histórica e na filologia, que têm seu momento de apogeu entre as ciências da linguagem no século XIX, aprecia-se com frequência o compromisso ideológico com os processos de construção nacional do liberalismo burguês, colocando as pesquisas sobre a origem ao serviço da delimitação da língua nacional. Um objeto relativamente recente mas que já se apresenta com os atributos de uma certa eternidade. Assim, o paciente estudo e descrição de textos do passado à procura dos elementos que permitam delimitar o espaço da língua, isto é, aqueles que fariam possível determinar o que é próprio dela e o que não é, os seus traços “essenciais”, vem contribuir para a delimitação temporal, geográfica e, o que é mais importante, simbólica do território.

⁵ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 115.

⁶ Ver BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa. Tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Edições Loyola, 2001 (2ª ed.), pp. 51-60.

⁷ ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 1983.

Quando nas histórias do português se pretende dar conta das origens da língua, procuram-se as fontes, segundo a lógica que acabamos de descrever, na própria origem de Portugal como reino independente, argumentando, nesse caso, sobre o que teria sido o processo de separação ou afastamento entre as variedades galegas e portuguesas.

Vários autores abordaram a explicação dos fatos políticos que teriam propiciado o afastamento de duas variedades que constituíam originariamente a mesma língua. Cuesta e Luz⁸ marcam como fato determinante o fim do período trovadoresco, que se situa convencionalmente no ano da morte de D. Pedro, conde de Barcelos, em 1354, e a instauração da dinastia de Avis, com o monarca D. João I. Ou ainda, o ano de 1385, em que aconteceu a batalha de Aljubarrota contra os castelhanos, dando Portugal “mostras definitivas da sua decisão de construir uma nacionalidade independente dentro da Península”. Segundo as autoras, a emergência de uma nova classe social de comerciantes e armadores de navios não poderia deixar de ter repercussões lingüísticas. Nesta etapa, a língua portuguesa iria se “disciplinando”, em contraste com a variedade ao norte do rio Minho.

Silva Neto⁹ explica as condições sociais da mudança lingüística enfatizando as situações de contato e interação entre indivíduos de diferentes gerações e classes ou entre grupos sociais. E considera que a cidade de Lisboa seria o lugar onde teria cristalizado um português comum desde 1385 a partir dessas interações. Essa língua comum, que “constitui um forte laço, um dos mais expressivos símbolos de unidade nacional”¹⁰, seria como uma média das diversas variedades lingüísticas em contato, servindo o ambiente urbano como elemento de seleção e absorção das culturas tradicionais mediante a eliminação das características regionais.

⁸ CUESTA, Pilar Vázquez; LUZ, Maria Albertina Mendes da. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70, 1980, pp. 172-190.

⁹ SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro/Brasília: Presença/ Instituto Nacional do Livro, 1992.

¹⁰ Op. cit., p. 382.

Não interessam ao autor as contradições ou as tensões sociais, pois acredita numa suposta unificação e homogeneização das classes e no surgimento de uma classe média já desde o século XIII. Na realidade, da perspectiva ideológica por ele adotada, a idéia de unidade nacional exige a existência de uma língua harmoniosamente homogênea. Obviamente, a desruralização da língua acontece no sentido da desgaleguização, considerando a esse efeito “a Galiza no sentido romano, quando abrangia Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes”¹¹, isto é, incluindo o apagamento (ou a “absorção”) dos traços lingüísticos também da língua do norte de Portugal.

A obra de Silveira Bueno, *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*, dedica vários capítulos ao período galego-português, que estende praticamente até o século XV, momento da “gramaticalização” do idioma, para poder explicar as características presentes na sua origem. Numa nota introdutória “aos leitores exigentes” aponta como causa principal da separação do galego e o português o “desenvolvimento político e nacional de Portugal”¹². Recolhe em seu auxílio uma citação da *Origem da Língua Portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão, de 1606:

Da qual língua galega a portuguesa se avantajou tanto, quanto na cópia como na elegância dela vemos. O que se causou por em Portugal haver reis e corte, que é a oficina onde os vocábulos se forjam e pulem e donde manam para os outros homens, o que nunca houve em Galiza¹³.

O uso dos termos *nação*, nacional ou *nacionalidade* nas obras que vimos supõe a projeção anacrônica sobre o passado de conceitos modernos, inadequados, do nosso ponto de vista, para explicar a complexa situação lingüística da Idade Média. Por outra parte, o texto de Duarte Nunes de Leão refere uma diferenciação de caráter fundamentalmente social. Estamos, no século XVII, muito longe da época em que a língua é conside-

¹¹ Op. cit., p. 320.

¹² BUENO, Francisco Silveira. *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958, p. 9.

¹³ LEÃO, Duarte Nunes de. *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa* (intr., notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983, p. 220.

rada um fator fundamental da nacionalidade, constituindo mais bem nesse tempo um elemento de diferenciação entre classes, numa sociedade rigidamente fragmentada. Embora a língua das cortes reais possua um grande prestígio como variedade aristocrática, critério de correção e de polidez, sendo o seu domínio uma exigência para quem quiser desfrutar dos favores do monarca e da vida cortesã, seria ingênuo pensarmos que a maioria dos falantes tivesse qualquer contato com esta variedade lingüística. Ou que no meio aristocrático surgisse algum interesse por expandir entre o povo seu peculiar modo de expressão. De fato, de meados do século XV até fins do XVII a corte portuguesa é bilíngüe, tendo o castelhano como língua de prestígio, e só depois de 1640, com a subida ao trono de D. João IV, é que se produz alguma reação lingüística e identitária anti-espanhola. Porém, a influência do espanhol sobre as camadas populares parece ter sido pequena. Nesta etapa histórica, enfim, muitos escritores portugueses escrevem também em castelhano, como Gil Vicente, Sá de Miranda, Luís de Camões ou Francisco Manuel de Melo e, segundo Teyssier (1987, p. 37), esses autores “não vêm nisso nenhuma traição, nenhuma infidelidade para com o seu País”.¹⁴

Mattoso Câmara Jr., nessa mesma linha, estabelece com precisão a origem da diferença entre galego e português a partir da constituição do reino de Portugal, utilizando de forma anacrônica a atual distinção entre “língua nacional” e “dialeto regional”:

O novo pequeno reino consolidou, por sua vez, como língua nacional o seu romance peculiar, que constituiu a língua portuguesa. No extremo norte do litoral atlântico, porém, a região da Galiza, em que se falava o mesmo romance, continuou politicamente subordinada ao reino de Leão e Castela e até hoje conserva o seu galego como dialeto regional, sob o domínio oficial do castelhano¹⁵.

¹⁴ TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1987, p. 37.

¹⁵ Câmara Jr., José Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985, pp. 17-18.

O processo que faz com que uma variedade lingüística passe de ser considerada “dialeto” a se encaixar na categoria de “língua” é de caráter exclusivamente político. Esse processo implica a promoção dessa variedade à posição de idioma oficial, fazendo com que seja estudada nas escolas, empregada pelas instituições oficiais e pela grande mídia, proposta, enfim, como elemento unificador de um território enquadrado em fronteiras políticas. Algo assim nunca poderia ter acontecido na Idade Média, quando ademais, segundo Maia, é possível falar de uma comunidade lingüística no Noroeste de Portugal e na Galiza, “o que, naturalmente, não implica uma unidade total, uma total uniformidade na língua das duas regiões”.¹⁶

Relacionar a passagem de “dialeto” a “língua”, na tentativa ideológica de se identificar a noção de língua nacional no mais remoto passado histórico, parece ser, enfim, uma constante na lingüística histórica dos idiomas oficiais ibéricos. Menéndez Pidal fazia uma afirmação semelhante a essa que acabamos de comentar, distinguindo entre “dialeto” e “língua literária”, em seu livro *Orígenes del español*:

Castilla, al emanciparse de la tradición de la corte visigoda tan seguida en León, al romper con una norma común a toda España, surge como un pueblo innovador y de excepción. Retengamos esta característica que nos explicará la esencia del **dialecto** castellano. Y añadamos una curiosísima coincidencia: Castilla, que, caracterizada por su derecho consuetudinario local, se opone al derecho escrito dominante en el resto de España, es la región que dá la **lengua** literaria principal de la Península¹⁷ (Os grifos são nossos).

A diferença fundamental com o galego-português – de extraordinárias conseqüências políticas e lingüísticas – residiria no fato de que no nosso caso o “dialeto” a partir do qual se constitui a “língua” ficou fora das fronteiras nacionais, como variedade não oficial de um outro Estado. É claro que a constituição de uma fronteira entre reinos medievais, a posterior gramatização

¹⁶ Maia, Clarinda de Azevedo. *História do Galego-Português – Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*. INIC: Coimbra, 1986, pp. 889-890.

¹⁷ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. Madrid: Espasa Calpe (10^a ed.) 1986, p. 475.

daquele romance hispânico ocidental na corte portuguesa e a formação de uma língua nacional com o nascimento do moderno Estado-nação português tiveram consequências, de fato, sobre a realidade lingüística, promovendo o afastamento entre as variedades galegas e as portuguesas. Não pretendemos negar isso, mas simplesmente questionar a operação ideológica de apagamento das diferenças internas (e das semelhanças externas, com o galego, por exemplo), da língua portuguesa, na invenção de uma origem pura dentro das fronteiras do Estado de Portugal. Raramente se defende para o passado mais imediato aquilo que se afirma sem problemas quando se fala de momentos históricos mais remotos. Se ninguém diria que com a independência do Brasil nasceu neste país uma língua diferente da portuguesa, por que ainda em muitos manuais se coloca a independência do reino de Portugal, em 1139, ou qualquer outro fito histórico-político, como data de nascimento da língua portuguesa?

O galego-português e a língua das cantigas

O reconhecimento de uma certa unidade lingüística no Noroeste peninsular durante a Idade Média tropeça na vontade explicitamente declarada de se situar a origem do português dentro das fronteiras do Reino de Portugal. Como se sabe, as variedades romances não têm num princípio nomes específicos que as identifiquem. Assim, por exemplo, nos primeiros testemunhos escritos, encontramos formas como *romanzo*, *lenguagem*, *linguagem* ou *a nossa linguagem* para fazer referência à variedade ibero-românica ocidental empregada nos textos¹⁸. Com essa denominação, na realidade, pretendia-se apenas indicar a distância a respeito do latim, exclusiva língua da expressão escrita até esse momento. Também para fazer referência à língua das cantigas se utilizava esse tipo de procedimento, como demonstra a incompleta rubrica explicativa que antecede o primeiro dos *lais* de Bretanha do *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*:

¹⁸ FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón. *Lingua galega: normalidade e conflito*. Santiago de Compostela: Laiovento, 2002, pp. 25-26.

Esta cantiga é a primeira que achamos que foi feita, e fizeram-na quatro donzelas em tempo de Rei Artur a Maraot d'Irlanda por la [...] ...tornada en linguagen palabra per palabra, e diz as[s]i¹⁹.

Será posteriormente, no século XIV, quando encontramos na denominação dos romances peninsulares ocidentais a referência ao território em que são falados:

Na *Crónica Portuguesa de 1344* xa aparece a expresión *segundo a linguagem de Portugal*. Em territorio galego, polo contrario, nos *Miragres de Santiago*, de fins do XIV ou de principios do XV, figura a expresión *lingoajem galego*. A meados do século XV o Marqués de Santillana terminará por denominar a lingua dos trovadores como “gallega o portuguesa”, entendemos que por ser a lingua de Galiza e de Portugal, aínda que se ten discutido sobre o sentido inclusivo ou exclusivo da expresión; Monteagudo (1988: 145-6) inclínase por este último, mais tamén afirma non ter constancia da denominación de ‘portugués’ até o século XV²⁰.

Mas antes disso, em 1290, o adjetivo *galego* já aparecia nominalizado para designar a língua das cantigas. O autor catalão Jofre de Foixà, em suas *Regles de trobar*, escritas em occitano, inclui essa língua, assim denominada, entre os romances reconhecidos à época como próprios da lírica trovadoresca, como o francês, o provençal e o siciliano²¹.

Os nomes dados atualmente às variedades lingüísticas medievais respondem, como podemos comprovar, a outros interesses. Mattos e Silva²² oferece um esquema com os nomes que alguns estudiosos da história do português dão

¹⁹ LAGARES, Xoán Carlos. *E por esto fez este cantar. Sobre as rubricas explicativas dos cancioneiros profanos galego-portugueses*. Santiago de Compostela: Laiovento, 2000, p. 101.

²⁰ FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón. “O galego de Portugal. Algunhas consideracións sobre a xénese e a denominación orixinaria do sistema lingüístico galego-portugués”, in *Gramática e Humanismo. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*, volume I. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 363.

²¹ MONTEAGUDO, Henrique. *Historia social da lingua galega*. Vigo: Galaxia, pp. 119-120.

²² MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. *O português arcaico. Fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 21-26.

à língua daquele período. Leite de Vasconcelos, por exemplo, denomina *português arcaico* a língua desde os primeiros textos escritos remanescentes até a metade do século XVI. Outros autores preferem dividir esse período em duas fases, distinguindo entre a *trovadoresca*, segundo a denominação de Silva Neto (Pilar V. Cuesta e Lindley Cintra utilizam, respectivamente, os nomes *galego-português* e *português antigo*), e o período posterior, denominado *português comum* (Leite de Vasconcelos), *português pré-clássico* (Pilar V. Cuesta) ou *português médio* (Lindley Cintra). Após fazer um levantamento dessas delimitações históricas, Mattos e Silva decide apresentar também a sua própria proposta de periodização, levando em consideração a evolução de variedades diatópicas diferenciadas entre a Galiza e Portugal:

Não se deve, portanto, desligar a periodização temporal da realidade lingüística diferenciada no espaço. Com base nisso, parece procedente uma subperiodização do português arcaico, em que se considere uma primeira fase galego-portuguesa e outra que se definirá como portuguesa, sobretudo a partir da centralização política no eixo Coimbra-Lisboa. Definidos os limites do novo reino português, sela-se um destino histórico diferenciado para o português e o galego. Este fato culmina com a decisão de D. Dinis, que falece em 1325, de legalizar o português como língua oficial de Portugal²³.

Se, como dizíamos acima, não se podem obviar as conseqüências derivadas da constituição do reino de Portugal, assim como a influência do contato com os dialetos moçárabes falados pelos cristãos que desde o século VIII ficaram sob domínio árabe, consideramos que o nome empregado em cada caso é conseqüência de uma perspectiva ideológica que não consegue deixar de ter presente a atual realidade política.

De acordo com o que vimos até aqui, parece claro que a *legalização* do português como *língua oficial* no início do século XIV, de que fala Mattos e Silva, tem pouco a ver com o que imaginamos que isso possa significar na atualidade, fazendo referência naquela época a determinadas políticas de escrita nos documentos oficiais, no sentido de se impor o romance frente ao latim ou de se defender o uso de alguns grafemas.

²³ Op. cit., p. 24.

Sobre a origem do termo galego-português, as versões que encontramos resultam contraditórias, ainda que todas coincidam em afirmar que se trata de uma denominação criada no final do século XIX. Para Eugenio Coseriu²⁴, essa denominação teria sido invenção de romanistas alemães. Segundo Freixeiro Mato²⁵, teria sido introduzida por eruditos portugueses.

Por outro lado, nem sequer existe um acordo unânime entre todos os autores sobre a relativa unidade lingüística medieval. A variação atestada nos documentos já foi interpretada por alguns autores galegos como a prova de uma antiga separação entre galego e português. Percebemos claramente nessa visão da realidade lingüística medieval, em paralelo com o que temos visto acontecer nas histórias do português, a tentativa de justificar a construção atual de uma norma lingüística isolacionista para o galego. A unidade galego-portuguesa é questionada por Ramón Lorenzo²⁶ na edição crítica da tradução galega da *Crónica Troiana*, em que distingue, através da análise fonológica, morfossintática e lexical, algumas características diferenciais com os textos redigidos em território português na mesma época, e mesmo entre a língua do copista principal, Fernán Martís, e outros copistas procedentes de diversas zonas dialetais galegas. Estas diferenças, que poderiam ser consideradas expressão de uma variação lingüística perfeitamente compreensível, manifestariam, no entanto, para este autor a existência desde o começo da literatura medieval de uma “orientação galega” e uma “orientação portuguesa”²⁷.

²⁴ COSERIU, Eugenio. “El gallego y sus problemas. Reflexiones frías sobre un tema candente”. *Lengua Española Actual*, IX: 127-138, Madrid, 1987.

²⁵ Op. cit., p. 362

²⁶ LORENZO, Ramón. *Crónica Troiana. Introducción e Texto*. A Corunha: Fundación Pedro Barrié de la Maza / Real Academia Galega, 1983.

²⁷ Numa pesquisa mais recente, Barros, que seleciona três fragmentos desta mesma obra para testar a sua realização por várias mãos e suas características galegas ou galego-portuguesas, prestando atenção também às características sintáticas dos textos, conclui que “resultou quase totalmente esbatida a distinção entre os diferentes excertos, ficando em evidência a esses níveis, e mesmo a nível lexical, no que respeita à evolução semântica, a homogeneidade do galego-português numa época em que a Galiza e o norte de Portugal participavam, de qualquer modo, da mesma unidade cultural e literária”. BARROS, Anabela Leal. “Contributos para a caracterização morfológica e sintáctica do galego-português: o estado da língua na *Crónica Troiana*”, in AA.VV. *História da Língua e História da Gramática (Actas do Encontro)*. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, 2002, p. 27.

As características gráficas das tradições de escrita neste período são elevadas em algumas ocasiões à categoria de germe original das atuais normas oficiais do galego e do português. Nesse caso, o anacronismo, do nosso ponto de vista, consiste em identificar o moderno conceito de “língua” nas tradições de escrita medievais, que passariam a constituir duas “normas” diferentes²⁸. Monteagudo, em sua história social do galego, reconhece ser consciente dos perigos de se identificar sem mais a “língua” nessas manifestações escritas, explicando que

dato que o concepto de lingua histórica é precisamente un concepto socio-cultural, non se pode perder de vista que ó longo da historia (e a través de distintas civilizacións, pero iso agora non resulta relevante) experimentou modulacións moi importantes. O que hoxe se entende comunmente como “lingua” resulta ser algo moi distinto do que se entendeu por tal cousa antano (a isto non son alleas as transformacións dos panoramas sociolingüísticos que estamos a considerar)²⁹.

Mesmo assim considera “útil e confortável” manejar estas abstrações quando se trata de fazer lingüística genético-estrutural, situada num plano diferente daquele que caracterizaria a sociolingüística histórica. No caso do galego, o aproveitamento dessa perspectiva de pesquisa, o divórcio entre o lingüístico e o social, veio dar cobertura à idéia de uma evolução autônoma e não condicionada socialmente do galego, ali onde os fatos históricos não permitem aventurar tal interpretação, dada a satelização que a língua escrita experimenta muito cedo no espaço político do castelhano. As teses mecanicistas do estruturalismo diacrônico permitem assim traçar uma deriva própria da língua, delimitam seu espaço desde dentro, configurando uma realidade essencial alheia às determinações históricas. A redação da normativa oficial do galego oferece abundantes provas nesse sentido. Trataria-se de novo, nesse caso, de uma projeção sobre o passado da noção de língua que se pretende construir no presente, relutando, como dizia Hobsbawm, em reconhecê-la como construto e criando tradições históricas para ela.

²⁸ Ver CUESTA, Pilar Vázquez; LUZ, Maria Albertina Mendes da. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 80; e também MARIÑO PAZ, Ramón. *Historia da lingua galega*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, 1999, pp. 104-105.

²⁹ MONTEAGUDO, Henrique. *Historia social da lingua galega*. Vigo: Galaxia, 1999, p. 88.

Nesse panorama que vimos de desenhar, pode-se imaginar as dificuldades que tem levantado a língua das cantigas medievais, que não pode ser enquadrada em nenhuma das categorias territorializantes que vêm sendo empregadas para descrever o romance peninsular galego-português. De fato, os cultores da lírica medieval procedem dos mais diversos cantos da Península Ibérica, sendo que um número considerável deles não tinha esse romance como língua primeira, senão que o utilizava apenas para participar do espetáculo trovadoresco.

Várias características do universo medieval desafiam a nossa concepção de língua: a estreita identificação que existe na Idade Média entre língua e gênero “literário”; o lugar peculiar que ocupa a expressão escrita numa cultura de “oralidade mista”, no sentido de “possuidora de uma escritura”³⁰, em que os textos escritos carregam a marca da voz humana; a cultura dos manuscritos, onde o próprio mecanismo de reprodução dos textos, que oscila entre a repetição e a inovação, faz com que as marcas da diacronia estejam sempre presentes, sendo possível encontrar formas arcaicas e inovadoras lado a lado, por colocar apenas algumas das questões mais importantes.

Nesse sentido, os trovadores, ao inaugurarem uma tradição discursiva³¹, devem elaborar novos recursos lingüísticos, servindo-se dos materiais de que dispõem, de línguas vizinhas como o provençal, em que nasce a noção de “amor cortês”, do árabe e do latim, além de dispor livremente das possibilidades que oferecem as mais diversas variedades do próprio sistema lingüístico. A língua das cantigas é uma “língua elaborada” a partir das variedades existentes tanto ao norte quanto ao sul do rio Minho, e nela se percebe uma relação mais ou menos constante entre gêneros e variantes. Assim, por exemplo, o rei português D. Dinis utiliza a forma verbal *quizo*, com o morfema “-o”, que caracteriza até hoje a terceira pessoa do singular dos pretéritos fortes da segunda e da terceira conjugação

³⁰ ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz. A “literatura” medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 18-19.

³¹ Ver JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes (eds.) *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica. Descripción gramatical – pragmática histórica – metodología*. Frankfurt am Main / Madrid: Vervuert / Iberoamericana, 2001.

nas falas galegas, embora esse uso seja claramente minoritário na lírica trovadoresca³²:

[...] ca tal a **quizo** Deus fazer,
que se nom a vir, nom posso viver.
B 526 / V 119

De outra parte, arcaísmos como as formas *lo(s)*, *la(s)* do artigo após vogal ocorrem em sua maioria em cantigas de amigo, e, quando não é assim, figuram em uma expressão formular usada sobretudo em cantigas de amor, “a la fe” ou “a la minha fe”³³. O modelo de língua resultante tem características inter-dialetais, funciona em certa medida como uma *koiné* que devia ser facilmente compreendida pelo público, pois o espetáculo trovadoresco, dado o nomadismo dos seus intérpretes, punha em contato falantes das mais diversas procedências geográficas, constituindo-se num espaço festivo intermediário entre o erudito e o popular, com a participação de todas as classes sociais. Enfim, esse espaço cultural que as cantigas percorrem nunca poderia ser definido como “nacional”, e não se lhe podem aplicar as categorias lingüísticas que decorrem desse tipo de classificações.

O espaço lingüístico galego-português: por baixo das fronteiras

Com frequência, ao se comprovar que os mapas lingüísticos do mundo não têm uma exata correspondência nos mapas políticos, afirma-se que as línguas pulam por cima das fronteiras. Preferimos pensar que acontece exatamente ao contrário, elas ficam esmagadas pelo peso dos muros fronteiriços, são por eles moldadas e somente às vezes conseguem circular sub-repticiamente por baixo das delimitações políticas dos Estados. Já falamos sobre as operações ideológicas que o Estado-Nação realiza para promover a diferenciação externa

³² Maia (op. cit., pp. 745-747), após editar e comparar documentos tabeliônicos da Galiza e de Portugal, conclui que estas formas são muito freqüentes na Galiza a partir do século XIII, sendo que na zona ao sul do rio Minho a presença destas formas é quase nula. De fato, a autora registra apenas uma forma em um documento da cidade fronteiriça de Valença de 1411.

³³ LAGARES, Xoán Carlos. “Uma aproximação à língua das cantigas”, *Revista Galega de Filoloxía*, 7: 95-116, A Corunha, 2006.

e a unificação interna. Por isso é que nos parece adequado levar em consideração a afirmação de Coseriu, quanto à definição do galego-português como sistema lingüístico histórico:

Con todo, o sea, a pesar de que durante siglos no ha habido contactos efectivos, el gallego y el portugués siguen perteneciendo al mismo conjunto, al mismo *continuum* lingüístico. La separación puede, sin duda, establecerse en el plano de la lengua común (que para el gallego, en parte, se está todavía elaborando), pero no a nivel popular o dialectal, de suerte que, para la lingüística histórica, sigue teniendo plena vigencia la denominación compuesta “gallego-portugués” creada, según parece, por lingüistas alemanes³⁴.

Nessa perspectiva histórica, a diversidade lingüística é resultado dos processos de mudança acontecidos no sistema, que podem afetar, de acordo com derivas que lhe são próprias, variedades as mais diversas de línguas historicamente relacionadas. Em sentido amplo, muitos fenômenos lingüísticos equivalentes, fonológicos, morfológicos e sintáticos, das variedades estigmatizadas das línguas românicas mais próximas bem poderiam ter explicações comuns³⁵. Do mesmo modo, saindo da noção de português como “língua nacional”, um construto historicamente datado, seria preciso projetar um olhar mais amplo sobre as variedades modernas do galego-português medieval. Corredoira³⁶ propõe fazer algo assim ao citar as *Regras gerays, breves, e comprehensivas da melhor orthographia com que se podem evitar erros no escrever da lingua Latina, e Portugueza*, de Bento Pereira, publicadas em Lisboa em 1666, para mostrar uma lista de palavras que foram consideradas incor-

³⁴ Op. cit. p. 132.

³⁵ Algo assim propõe Bagno ao falar do interesse em se fazerem estudos comparativos das línguas do Brasil e do Quebec: “São apenas alguns poucos exemplos do interesse científico que haveria em estudar comparativamente as línguas do Brasil e do Quebec, dentro de um interesse maior visando a substituição das noções de francofonia e lusofonia (irremediavelmente presas a uma mentalidade colonialista) pela noção de *romanofonia*, na busca de pontos divergentes e convergentes das derivas de todas as línguas da família”. BAGNO, Marcos. “Introdução. Norma lingüística & outras normas”, in Marcos Bagno (org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 16-17.

³⁶ CORREDOIRA, Fernando Vázquez. *A construção da língua portuguesa frente ao castelhano. O galego como exemplo* a contrario. Santiago de Compostela: Laiovento, 1998, pp. 96-97.

retas pela norma portuguesa (mas que eram, de fato, usadas na cidade de Lisboa), e que os gramáticos galegos consideraram (ou consideram) caracteristicamente galegas, tais como, por exemplo, as seguintes: *calidade, cantidade, Esprito, frol, frolido, milhor, pollo que, precurador, preguntar, prove, rodeo, titor, titoria, albeo, almario, antre, assi, cheo, despoys, fruto, menhá, nacer, somana*. Todos os fenômenos representados por esses exemplos foram registrados nas falas galegas, embora nem todos façam parte da norma lingüística hoje considerada oficial na Galiza.

Sobre os exemplos *calidade, cantidade*, em que se constata uma redução do elemento semi-vocálico do grupo /kw/ latino, o filólogo galego Ramón Lorenzo³⁷, comentando as características lingüísticas galegas da *Crónica Troiana*, do século XIV, afirma de forma categórica que “o resultado normal do galego frente ó portugués é *ca-*”. Quando, na realidade, nem esse fenômeno é historicamente estranho ao português, como podemos comprovar nessa gramática portuguesa do século XVII, nem a manutenção do elemento semi-vocálico /w/ é alheio às falas galegas, pois se bem não se encontra nessas mesmas palavras, não podemos ignorar que “as formas *cuatro, cual, guadaña* e *guarda* con mantemento do *wau* procedente do lat. cl. QUA- e do lat. vg. GUA- (resultado vulgar da adaptación dos xermanismos com W), forman unha grande área que comprende todo o galego oriental, a maior parte de Ourense e falares do Baixo Miño pontevedrés”³⁸. O fato de a norma lingüística oficial ter escolhido como formas padrão aquelas sem /w/ não significa que elas não existam (e, sem dúvida, não deixam por isso de existir).

Também nas variedades consideradas populares do português do Brasil achamos algumas características fonológicas próprias das falas galegas. Em sua obra *O linguajar carioca*, publicada em 1953, Antenor Nascentes realiza essa comparação para o fenômeno que estamos comentando, além de buscar referências em outras variedades românicas próximas:

³⁷ Op. cit., p. 93.

³⁸ FERNÁNDEZ REI, Francisco. *Dialectoloxía da lingua galega*. Vigo: Xerais, 2003, p. 51.

No grupo *qua-*, ou é absorvido (especialmente quando o *a* é tônico), ou labializa o *a*, fundindo-se com ele *ua-uo-o* (especialmente quando é átono): *quase-caje* (cfr. o esp. *casí*), como em português, v. Nunes, *Gram. hist.*, 141, *Revista Lusitana*, XXXI, 293; *quanto-conto*, *quantia-contia*, *quando-condo*, *quaresma-coresma*, *quarenta-corenta*, *qualidade-colidade*. V. Nunes, *Gram. hist.* 142, Leite de Vasconcelos, *Filologia mirandesa*, II, 178, Fritz Krüger, *Anales del Instituto de Lingüística da Universidade Nacional de Cuyo*, IV, pg. 295. O mesmo se dá em galego: *corenta*, *contía*, *coresma* (Diego, Manual, 71-2), em asturiano: *condo*, *conto*, *contía* (ibidem, 163), em catalão: *coresma*, *corenta* (ibidem, 283)³⁹.

Outros fenômenos que Nascentes identifica como sendo comuns com o galego são a desnasalização de *ontem* (*onte*) e das terminações *-agem*, *-igem* e *-ugem*, citando os exemplos galegos de *orige* e *home*; as formas *antonte*, *tresantonte*, *despois* ou *dispois*; a assimilação de /b/ em /-mb/, *tamém*; ou o uso de advérbios com sufixos diminutivos, *agorinha mesmo*, *atéloguinho*, *venha bem cedinho*, *mora ali pertinho*, *anda direitinho*, *fala baixinho*.

No mesmo sentido, segundo Mário Eduardo Viaro, as postônicas naisais, por exemplo, não seriam próprias das variedades não-européias do português, de modo que quando acontecem nesses falares deve-se considerar que se produziu um fenômeno de relexicalização.

Essa desnasalização já ocorrera em época muito antiga no próprio PE [Português europeu]: *home* por *homem*, *onte* por *ontem*. Formas assim não são exclusivas do PB [Português brasileiro], pois são a base de todas as variantes africanas e asiáticas: no Sri Lanka: *bómi*, *órdi*, *nuvè*, *virze*; em Daman: *hom*, *ont*, *ord*, *viaz*, *varj* (de **varje* e não de **várzea*); no CPM [Crioulo malaio-português]: *onti*⁴⁰.

³⁹ NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953, pp. 38-39.

⁴⁰ VIARO, Mário Eduardo. “Semelhanças entre o português brasileiro e as variedades africanas e asiáticas”, in Luiz Antônio da Silva (org.). *A língua que falamos. Português: história, variação e discurso*. São Paulo: Globo, 2005, p. 226.

Muitos fenômenos, enfim, próprios do nível popular ou dialetal, por usar os termos empregados por Coseriu acima, estão documentados desde os primeiros textos escritos no galego-português medieval, pelo que não é estranho que se localizem ainda hoje nos mais diversos falares desse sistema histórico. Um deles é o rotacismo ou troca de /l/ e /r/, sobretudo nos encontros consonantais, que Pagliarini Cox, num trabalho centrado no falar cuiabano, afirma ser “um fenômeno de largo espectro nas variedades rurais e urbanas de português faladas atualmente no Brasil”⁴¹ e que resulta ser extremamente produtivo no galego atual⁴².

Finalmente, é importante salientar que nos últimos anos está se fazendo um esforço por identificar nos mais antigos textos do português e nas mais diversas variedades dessa língua na Europa alguns fenômenos que foram considerados característicos do Português brasileiro. Nessa linha, Naro e Scherre vêm contestando a hipótese de crioulização ou de semicrioulização da língua portuguesa no Brasil, apresentando evidências de que muitos desses traços morfosintáticos e fonológicos do português brasileiro são na realidade “heranças românicas e portuguesas arcaicas e clássicas”⁴³. Além de algumas das características fonológicas que já comentamos, esses autores citam outros fenômenos da língua popular brasileira que têm os seus equivalentes nas falas do português europeu. Embora não fosse objetivo deles fazer essa comparação, podemos comprovar que muitos deles também se encontram nas falas galegas⁴⁴:

– Inserções vocálicas em coda silábica: *mari*, *cumeri*, *calori* (no galego, *mare*, *comere*, *calore*)⁴⁵.

⁴¹ COX, Maria Inês Pagliarini. “O rotacismo no falar cuiabano: a potência da voz mameluca em uma variedade do português brasileiro”, in Manoel Mourivaldo S. Almeida e Maria Inês Pagliarini Cox (org.). *Vozes Cuiabanas: estudos lingüísticos em Mato Grosso*. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005, p. 101.

⁴² “Por uma confluência de fatores, o falar cuiabano está se encarregando de levar adiante uma deriva fonológica que se insinuara no latim vulgar, florescera no período de formação do português na Península Ibérica e navegara por mares e rios nunca dantes navegados, à margem do processo de gramatização e normatização jurídica da língua que tentara represá-la”. COX, Maria Inês Pagliarini, op. cit., p. 112

⁴³ NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007, p. 17.

⁴⁴ Op. cit., pp. 117-130.

⁴⁵ FERREIRO, Manuel. *Gramática histórica galega*. Santiago de Compostela: Laivento, 1995, p. 208.

– Inserções vocálicas em grupos consonantais: *kilaru*, *gueloria* (no galego temos formas como a do próprio nome da cidade da Corunha, a partir da forma medieval Crunha)⁴⁶;

– Quedas vocálicas: *marelo*, *sucra*, *bençoado* (no galego são comuns estas mesmas formas, embora no segundo dos exemplos também se registre uma certa vacilação na vogal final, *sucra* ~ *sucré*⁴⁷).

– Alternância entre líquidas [l] e [r]: *peligrino*, *qargulejo*, *almarius*, *nebrina*, *surtão*, *farta* (é freqüente “que o l final de sílaba se converta em r, por un proceso de nivelación entre lateral e vibrante moi común en galego”⁴⁸).

– Desnasalização, inexistência de ditongo nasal: *nõ*, *sõ*, *korasõ* (a característica inexistência do ditongo nasal em galego nestes casos é etimológica).

Seria interessante fazer outras comparações com o galego em aspectos morfossintáticos como, por exemplo, o da “concordância variável”, fenômeno que Naro e Scherre observam também em textos portugueses medievais e em corpora dialetais do português europeu moderno. Um projeto de pesquisa mais ambicioso devia, de nosso ponto de vista, abrir os olhos para as mais diversas variedades historicamente relacionadas, estejam elas onde estiverem localizadas, desconsiderando as fronteiras políticas que delimitam as línguas⁴⁹.

⁴⁶ Op. cit., p. 208. E também *garavata*, *garamalheira*, *adeministrar*, *ademinrar* ou *adequirir*, por exemplo.

⁴⁷ Op. cit., p. 200. Após explicar como este fenômeno se produziu historicamente com freqüência, Ferreiro adverte que modernamente segue atuando essa tendência, em casos como *maxinar* (de *imaxinar*), *nemigo* (de *enemigo*), *tar* (de *estar*) e *lumiar* (de *alumiar*).

⁴⁸ Op. cit., p. 124.

⁴⁹ Três variedades lingüística de origem galego-portuguesa são ainda faladas no vale de Xiálima, à beira do rio Ellas, nos lugares conhecidos como Valverdi, As Elias e Sa Martín, na comunidade espanhola da Extremadura. Sobre o *mañegu*, também conhecido como a *Fala* de Sa Martín de Trevellu, Rey Yelmo escreve o seguinte: “El origen de esta fala – también del lagarteiru y del valverdeiru –, es, sin duda alguna, el gallegoportugués. No obstante, existen fenómenos concretos que no tienen explicación clara, por lo que se ha acudido a todas las fuentes posibles – p. ej., la del mozárabe –, para establecer la totalidad de las conexiones”. REY YELMO, Jesús C. *A fala. La fala de San Martín de Trevejo: O Mañegu. Estudios y documentos sobre A Fala*. Tomo III. Mérida: Junta de Extremadura, 1999, p. XV. Num pequeno livro sobre a *Fala*, escrito nessa variedade lingüística, Frades Gaspar afirma o seguinte: “Pa o mei entedel tó o que é común en nosa fala é transerranu (derivau de aquel tempu, de aquel falal medieval que quea mais fijau que en asturianu i leonés en o galegu-purtugués)”. FRADES GASPAR, Domingo. *Vamus a Falal. Notas pá coñocel y platical en nosa fala*. Mérida: Junta de Extremadura, 2000 (2ª ed.), p. 45.

A denominação *gallego-português*, que, como vemos, teve uma sorte desigual nos estudos de história da língua, serve hoje como um elemento de união cultural entre comunidades humanas separadas pela fronteira dos Estados de Espanha e Portugal. É por isso que entidades galegas e portuguesas estão promovendo uma campanha para que as tradições orais gallego-portuguesas sejam declaradas, pela UNESCO, Patrimônio Imaterial da Humanidade. Entre as formas culturais que a candidatura propõe que sejam promovidas estariam precisamente as variedades lingüísticas:

Falas que, apesar das suas variantes dialectais e a influência da língua dos respectivos estados, conservam afinidades léxicas, fonéticas, morfológicas e sintácticas evidentes. A origem comum da língua gallego-portuguesa mantém ainda sistemas lingüísticos próximos a este tronco comum, presentes em ambas as comunidades⁵⁰.

Através desse tipo de iniciativas político-culturais, e num exercício de restauração da comunicação que as fronteiras não puderam cortar definitivamente, a noção de gallego-português ainda se mantém viva e atuante.

RESUMEN

La construcción de las lenguas nacionales opera una simplificación de la realidad lingüística e cultural. En las historias del portugués se percibe la proyección sobre el pasado de una idea moderna de lengua, con el objetivo de delimitar su nacimiento dentro de las fronteras territoriales del Estado de Portugal. La noción de gallego-portugués, sin embargo, permite estudiar la variación lingüística en el portugués de un modo más amplio, considerando variedades históricas de un tronco común.

PALABRAS-LLAVE: gallego-portugués, lingüística histórica, variación lingüística.

Recebido em 01/12/2008
Aprovado em 05/06/2008

⁵⁰ <http://www.opatrimonio.org/pt/docs/OPatrimonio.PDF>. Acessado em 14/04/08.